



MANIFESTO POR UM PORTUGAL MAIS JUSTO, MAIS PRÓSPERO E MAIS SUSTENTÁVEL

Associação Business Roundtable Portugal

Lisboa, janeiro 2024

Desde o início do século Portugal cresceu, em média, menos de 1% por ano.

Neste período, o nosso país foi apenas capaz de criar mais 15% de riqueza em termos acumulados. Espanha cresceu mais do dobro (34%), posicionando-se perto da média de crescimento dos países da União Europeia (35%). O grupo de países europeus que estavam mais próximos de Portugal em 2000, com os quais nos devemos comparar, cresceu quatro vezes mais (58%).

Um país que não cria riqueza, cria pobreza e falta de oportunidades. Desperdiçámos duas décadas de desenvolvimento económico e social. Falhámos na construção de um país melhor para as novas gerações.

Só nos últimos 10 anos saíram de Portugal mais de 875 mil portugueses, tornando-nos hoje no 8º país do mundo com a maior percentagem da população a viver fora do país. Perdemos para a emigração cerca de 40% dos licenciados nesse período – desperdiçando parte significativa do esforço em qualificação que as famílias e o país realizaram.

Nos últimos anos, seis dos sete unicórnios de origem portuguesa também decidiram deixar o país. As grandes empresas, que mais investem, mais inovam, mais produzem e criam riqueza, estão a investir no estrangeiro, nomeadamente em outros países europeus, e uma parte desse investimento poderia ser feito no nosso País se o contexto fosse mais adequado, contribuindo assim mais para o nosso desenvolvimento.

Um país que não valoriza as suas pessoas e empresas é um país sem futuro.

Na Associação Business Roundtable Portugal (BRP) acreditamos que Portugal pode e deve ser muito melhor.

Acreditamos que, com mudanças adequadas, podemos começar a libertar o país deste sentimento de desilusão e frustração, e devolver aos portugueses o desejo de empreender, criar e investir, e, sobretudo, a esperança de uma vida melhor.

Com uma renovada ambição e atitude coletiva nacional de valorização, promoção e celebração do talento, da criação de oportunidades, de aumento de produtividade e competitividade, criaremos melhores condições para os portugueses e para as empresas.

Acreditamos que no espaço de uma geração os resultados farão a diferença e que, em duas décadas, Portugal poderá competir com os países mais ricos da União Europeia.

Se os países europeus continuarem a crescer em linha com a média europeia no período 2000-2022 (3%), Portugal terá de crescer 3,9% ao ano para chegar ao 15º lugar em 2043 – esta tem de ser a nossa meta coletiva!

Enquanto agente de ação e mudança, focado no crescimento das pessoas, das empresas e do país, e não nos interesses imediatos dos seus Associados, o BRP propõe uma seleção de medidas que, em conjunto com as iniciativas e ações que tem no terreno, podem contribuir para a concretização desta ambição:

RECONHECER QUE A CRIAÇÃO DE RIQUEZA É DO INTERESSE PÚBLICO

- 1) Burocracia – é essencial encontrar um equilíbrio entre a criação de riqueza, a proteção dos restantes interesses públicos e o princípio da confiança nos agentes privados. Menos licenciamentos, mais comunicações prévias, diferimento tácito efetivo, conferências procedimentais, certeza nos prazos e simplificação, digitalização e automatização de processos, são condições críticas para acelerar o investimento e o desenvolvimento do país.
- 2) Justiça – é urgente atuar sobre a lentidão da justiça administrativa e fiscal, para melhor resolver os conflitos entre o Estado e o resto da Sociedade. São necessários 846 dias para uma decisão em primeira instância, contra menos de 400 dias em Espanha. Uma justiça lenta não é justiça. É

fundamental devolver a confiança dos portugueses no sistema judicial. Temos 5 a 7% do PIB (11-17 mil milhões de euros) pendentes nestes tribunais. Alargar o âmbito de atuação do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa é um primeiro passo, mas importa acelerar o funcionamento dos tribunais e reduzir a litigiosidade, que também decorre da complexidade e instabilidade do enquadramento administrativo e fiscal.

- 3) Investimento – o investimento nos últimos anos não tem sido suficiente para fomentar o crescimento e a criação de riqueza. É preciso dinamizar o investimento público e das empresas:
 - a. Reabilitar o modelo de Parcerias Público-Privadas, tornando-o numa opção transparente, flexível e eficaz de concretização do investimento público, tirando assim partido da capacidade e experiência das entidades privadas e garantindo a qualidade e disponibilidade das infraestruturas e serviços públicos;
 - b. Redirecionar os fundos europeus para as empresas que geram valor – em 36 anos, estes fundos foram alocados essencialmente ao Estado, sem resultados visíveis e consistentes na disponibilidade e eficiência do serviço público, ou no crescimento da economia. É fundamental garantir que 70% do PT2030 é para as empresas, que impulsionam a criação de riqueza.

VALORIZAR OS PORTUGUESES E GARANTIR OPORTUNIDADES DE REALIZAÇÃO

- 4) Tax wedge - reduzir a penalização fiscal e parafiscal do trabalho (o *tax wedge* - peso de impostos e encargos para a segurança social sobre o custo total do trabalho). Os empregadores portugueses alocam grande parte da riqueza produzida à remuneração do trabalho, mas o maior custo da Segurança Social (SS) e do IRS faz com que chegue ao trabalhador uma menor parte da mesma. Devemos aproveitar o crescimento das receitas da SS, que resulta do maior número de trabalhadores e do crescimento dos salários, para rever o sistema e reduzir a penalização sobre o fator trabalho.
- 5) IRS – encorajar o sucesso das pessoas - redesenhar o sistema de IRS de forma a reduzir a voracidade fiscal ainda que mantendo a progressividade que permite a redistribuição de riqueza. Atualmente a partir de rendimentos modestos aplicam-se taxas muito elevadas, que crescem rapidamente, o que acaba por desencorajar o esforço, a dedicação e o progresso dos que trabalham.
- 6) Defender a sustentabilidade futura da economia e da SS, tendo em conta:
 - a. os jovens – equiparar quem entra no mercado de trabalho a quem regressou – taxa fixa de IRS e SS reduzida durante 10 anos (equivalente ao regime dos Residentes Não Habituais - RNH).
 - b. os profissionais qualificados – retomar o RNH para profissionais altamente qualificados, cujo contributo é fundamental para o desenvolvimento das empresas e do país.

PROMOVER O CRESCIMENTO E ESCALA DAS EMPRESAS NACIONAIS

- 7) Mais grandes empresas - reconhecer que a escala das empresas importa e muito, e remover a generalidade dos desincentivos à escala e ao crescimento das empresas, começando pela estrutura de IRC e restantes obrigações legais e regulatórias, que funcionam como verdadeiros “impostos sobre o sucesso” que penalizam todos os portugueses, sobretudo os trabalhadores.
- 8) Incentivar o investimento e a concorrência – simplificar o sistema de IRC, reduzindo a taxa nominal, tornando-a próxima da taxa efetiva e acautelando os incentivos ao investimento e Investigação & Desenvolvimento. Estas medidas combatem os três pecados capitais do nosso sistema fiscal: passamos a incentivar o sucesso, deixamos de ter a taxa global mais elevada dos países europeus da OCDE e passamos a ter um sistema menos complexo. Tudo isto sem prejudicar a receita fiscal e reduzindo os custos de cumprimento das obrigações por parte das empresas, os custos de fiscalização por parte do Estado e a litigância entre as partes.

Acreditamos que seremos capazes de aproveitar o momento que vivemos para construir um futuro mais justo, mais próspero e mais sustentável para as próximas gerações.

Desafiamos todos os decisores políticos, empresariais e da sociedade civil, e aos portugueses em geral, a agir. O tempo para construir um Portugal melhor é agora.